Colapso no sistema

A mesma política que permitiu a expansão do ensino superior no Chile e a entrada de quase a metade dos jovens na universidade, hoje não encontra consenso entre estudantes, instituições e governo

por Helô Reinert, de Santiago

Com uma cobertura de 40% de jovens no ensino superior, percentual considerado elevado até para os países em desenvolvimento, o Chile enfrenta duras penas desde que o presidente Sebastian Piñera anunciou a reforma da educação no país. Desde maio, o movimento estudantil mobiliza outros setores da sociedade e vai às ruas regularmente para protestar contra a política educacional adotada pelo governo chileno. Entre as reivindicações dos estudantes estão uma política de educação pública e gratuita, a distribuição de mais recursos para as universidades públicas e maior participação dos estudantes no colegiado das instituições de ensino.

O governo tenta implementar um cronograma de discussão dos principais temas, mas enfrenta a resistência dos estudantes

A criatividade nos protestos é uma marca das manifestações de estudantes no Chile, que por vezes enfrentaram a repressão violenta de policiais

REUTERS/IVAN ALVARADO

que exigem um novo modelo de educação para o país *(veja box)*. Entre idas e vindas o governo apresentou algumas propostas, mas até o fechamento desta edição nenhuma havia sido suficiente para pôr um fim à mobilização estudantil.

Enquanto isso, a reforma de Piñera tramita no Legislativo com projeto de lei para redução da taxa de juros ao crédito estudantil e a reprogramação das dívidas de 110 mil estudantes que não pagaram seus financiamentos. Também integram a proposta de reforma do governo, entre outras medidas, a criação de uma Superintendência de Educação Superior *(veja box na página 38)*.

O diálogo é a saída esperada pelo reitor da Universidade do Chile, Victor Pérez Vera. Entre seus reiterados pronunciamentos algumas questões sempre estiveram presentes, como uma maior transparência no setor, mais recursos para as universidades e para os estudantes. Hoje, a universidade mais reconhecida do Chile enfrenta o dilema de se autofinanciar. As faculdades de economia, direito, química e de engenharia prestam serviço externo e cobrem 90% do que a universidade gasta. "Em nenhuma parte do mundo acontece isso com uma universidade estatal. O Estado deveria cobrir pelo menos 50% dos gastos totais", defende Vera.

Diferenças

Estima-se que um milhão de alunos estejam matriculados em 2011 em carreiras universitárias, profissionalizantes ou técnicas. A maioria deles paga pela sua educação por meio de financiamentos. Os níveis de desistência também são elevados: cerca de um terço dos estudantes do primeiro ano não se matricula novamente na mesma carreira.

Como o sistema chileno não tem educação superior gratuita, algumas particularidades acabam entendidas como discriminatórias. Um exemplo disso é o acesso ao financiamento, que para os estudantes das instituições pertencentes ao Conselho de Reitores das Universidades Chilenas (Cruch) é concedido com juros de 2% ao ano. Já para cerca de 70% dos universitários chilenos que estão matriculados em instituições de fora do Cruch, as taxas de juros pagas são bem maiores, em torno de 5,6%.

Participante ativo no debate público educacional, o professor José Joaquin Brunner, da Universidade Diego Portales, assinala a discrepância na concessão de crédito para os alunos chilenos de igual classe socioeconómica e condições de mérito acadêmico. "É como criar duas castas em função das instituições que as agrupam. É intolerável que a política pública gere esse tipo de distinção sem uma base racional e com efeitos negativos para a equidade", critica ele.

Não há consenso em torno da crise por que passa o sistema de educação superior no Chile, apesar das intensas manifestações estudantis clamando por mudanças nas ruas de Santiago. Entre os que descartam a existência de uma crise está o vice-reitor acadêmico da Universidade Andrés Bello, Andrés Bernasconi, instituição de caráter privado.

Para Bernasconi, pelo menos dois fatores sustentam sua tese. Primeiro, a política de bolsas de estudo e de crédito estudantil tem permitido aos alunos mais pobres não pagar ou pagar muito pouco para estudar, e os que estudam nas universidades do Cruch são subsidiados pelo Estado. Segundo, nos últi-

DIVULGAÇÃO

Andrés Bernasconi acredita que não é possível haver uma educação gratuita no Chile, mas considera a necessidade de melhorar alguns itens do sistema

HELO RENERT

Enrique Fernandez Darraz: as políticas públicas educacionais do governo chileno não são ruins, mas pecam pela falta de intensidade

A educação superior no Chile

Na década de 80, a educação superior chilena mudou drasticamente. A ditadura do general Augusto Pinochet aplicou reformas neoliberais ao ensino superior e estimulou a criação de muitas instituições privadas. Com o estabelecimento de novos critérios, o financiamento estatal ao setor foi reduzido. O marco legal definiu que os institutos profissionalizantes e centros de formação técnica poderiam lucrar, mas as universidades privadas ficaram de fora dessa nova regra.
Antes da mudança promovida pelo governo Pinochet existiam oito universidades, sendo duas estatais e seis privadas, agrupadas no Conselho de Reitores (Cruch). As universidades desse grupo são consideradas de "caráter público", e mesmo as instituições privadas que participam do Cruch contam com o reconhecimento e financiamento estatal.

FOTOS: HELO KENERT

De acordo com Marcio Kremerman, a falta de um diagnóstico comum entre os envolvidos é o que emperra a reforma educacional no Chile

mos dois anos entraram mais estudantes nos centros de formação técnica e cursos profissionalizantes. Bernasconi argumenta ainda que o Chile foi pioneiro na criação de um sistema de avaliação de cursos que entrega informações detalhadas sobre as instituições de educação superior do país. "Não existe crise e não vamos ter educação gratuita no Chile. O que existe são tecnicalidades a serem corrigidas", acrescenta Bernasconi.

Por dentro do sistema

O Chile opera com duas políticas dentro do sistema de ensino superior: uma voltada às universidades do Cruch, conhecidas como "tradicionais", e outra para as privadas. No entanto, mesmo as universidades estatais enfrentam duras penas na obtenção de recursos. A redução dos investimentos públicos diretos as levou a uma situação de desvantagem frente às modernas universidades privadas, que dispõem de mais recursos para investir.

As mudanças no marco jurídico da educação superior implantada no governo de Augusto Pinochet (veja *box na página anterior)* vieram acompanhadas da reforma neoliberal do financiamento das instituições e a cobrança de mensalidades inclusive no sistema público. Os recursos do Estado passaram a ser entregues através de um aporte fiscal direto às universidades tradicionais e um aporte fiscal indireto, como um prêmio às instituições que captam estudantes com as melhores notas no PSU (teste para ingresso no ensino superior). Mas a maior parte dos recursos está diretamente relacionada ao crédito estudantil.

Os dados mais recentes sobre a distribuição total dos recursos à educação superior mostram que 59% correspondem ao crédito estudantil; 30% são aportes fiscais diretos; 5% pertencem a fundos para a melhora da qualidade distribuídos de distintas formas; 4% compõem aportes fiscais indiretos e 2% são relativos a convênios.

Na perspectiva das instituições particulares, é possível afirmar que as políticas chilenas se voltaram principalmente para a coordenação e financiamento do sistema universitário. A ideia é defendida pelo diretor da Universidade Alberto Hurtado, Enrique Fernandez Darraz. "O que existe hoje em termos de políticas públicas não é ruim, mas precisamos de políticas mais robustas", reconhece.

Inadimplência

Os estudantes não abrem mão da discussão sobre o ensino público gratuito. Para o secretário geral da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile, Cristobal Lagos, esse é um tema que não será resolvido rapidamente. Os estudantes acreditam que a questão do lucro é a que tem mais condições de prosperar no curto prazo.

Entre os problemas que os estudantes vivenciam. Lagos destaca o endividamento. Ele explica que os recursos disponíveis para crédito em geral têm aumentado, mas enfatiza que os juros de mercado acabam pesando no bolso do estudante. De acordo com Lagos, o grande

As propostas do governo

Bolsas de Estudo - Aumentar o número de bolsa de estudo de 120 mil para 200 mil até 2014, que serão dirigidas principalmente aos alunos com melhor rendimento escolar que integrem as famílias mais vulneráveis. Aos demais estudantes serão oferecidos recursos adicionais para bolsas e manutenção dos estudos.

Inadimplência - O governo já apresentou à Câmara um projeto de lei para reprogramar o pagamento de 110 mil alunos que obtiveram crédito junto ao Fundo Solidário, mas estão inadimplentes. A dívida poderá ser paga no prazo de 10 a 15 anos.

Taxa de juros - Também tramita no Legislativo projeto para baixar as taxas de juros dos empréstimos com o aval do Estado para 2%.

Lei que proíbe o lucro - Fazer cumprir a lei que proíbe o lucro das universidades. Para isso, o governo retoma a proposta de encaminhar ao parlamento projeto para criar a Superintendência de Educação Superior que fiscalizará os abusos cometidos.

Qualidade da educação - Mudança na constituição estabelecendo o direito a uma educação pública de qualidade.

A utilização deste material é exclusiva para fins educacionais.

HELO RENERT

Como não há universidade gratuita no Chile, o líder estudantil Cristóbal Lagos reclama do endividamento compulsório contraído por grande parte dos estudantes

problema está na linha de financiamento com aval do Estado destinada aos que estudam em estabelecimentos particulares. "Estamos diante do primeiro grupo de alunos que sai da universidade com dívidas enormes", revela.

Além disso, nas universidades estatais o problema da inadimplência repercute intensamente. Esse grupo de instituições sugere delegar a outro órgão a cobrança dos financiamentos não pagos pelos estudantes, tarefa que consome tempo e dinheiro. Atualmente, a dívida dos estudantes matriculados nessas universidades caduca no prazo de 12 anos. A estimativa é de que 50% dos empréstimos não são pagos.

Frente a tamanha diversidade de instituições e de interesses é previsível que não haja um consenso sobre as medidas necessárias para uma exitosa reforma da educação. Na avaliação do economista Marcio Kremerman não há um diagnóstico comum entre grande parte dos políticos, acadêmicos, donos de estabelecimentos educacionais e outras pessoas vinculadas com o mundo da educação.

"Esta é uma das principais travas ao justo anseio de uma educação de qualidade universal", afirma. Kremerman defende que o governo aporte mais recursos na educação superior, sobretudo na pública, como um caminho para a redução das desigualdades na sociedade chilena. E, apontando para dois gráficos que mostram a diferença entre o gasto total da educação no Chile (5,7%) e o gasto público (1,7%), lança uma pergunta: Se em grande parte dos países desenvolvidos existe educação pública de qualidade e massiva por que no Chile ocorre o contrário?

A reforma dos estudantes

- Educação como direito social para construção do conhecimento a serviço do desenvolvimento cultural e social, o que na prática significa educação pública gratuita de qualidade.
- Recursos orçamentários para as universidades do Conselho de Reitores, com ênfase para as universidades estatais regionais que estão em situação mais precária.
- Eliminação dos empréstimos aos bancos para financiamento de educação. Terminar com o financiamento com aval do estado.
- Fim do lucro em todo o sistema de educação.
- Garantir novas formas de ingresso à educação superior, garantindo a entrada, a permanência e a continuação dos estudantes provenientes dos setores mais vulneráveis e dos estudantes com necessidades especiais.
- Que a educação seja entendida de forma holística e integral e não apenas pelos indicadores do sistema.
- Eliminação das travas que proíbem a participação de estudantes nos órgãos de decisão das universidades.
- Criação de uma rede técnica estatal para todos os níveis educativos que permita uma articulação entre eles.
- Criação de uma carreira docente com maior estabilidade e situação contratual.
- Transferência da educação básica e secundária para o âmbito do governo federal. Hoje os municípios são responsáveis pela educação básica.
- Fim do financiamento compartilhado, modalidade de subvenção dada pelo Estado aos colégios privados.
- Garantir direitos educativos e linguísticos aos povos originários.

Fonte: Ensino Superior, São Paulo, ano 14, n. 157, p. 36-39, out. 2011.